



PROBLEMAS PARA EXPLICAÇÕES DE AÇÃO: ESQUEMAS DE GÊNERO MOLDAM A SENSACÃO DE AGÊNCIA

BEATRIZ SORRENTINO MARQUES¹

RESUMO: A disputa entre teorias que competem para oferecer uma explicação das ações intencionais suscita diversas objeções. Uma delas é o problema do desaparecimento do agente, segundo o qual a Teoria Causal da Ação é acusada de não dar um papel causal para o agente na produção de sua ação. Já a teoria concorrente, a Causação do Agente, confere centralidade ao papel causal do agente na sua explicação de ação. Além disso, ela defende que a sensação de agência a favorece, sugerindo que essa pode ser interpretada como a experiência consciente da atividade do agente. Contudo, Brancazio (2019) defende que a sensação de agência é moldada pelos esquemas de gênero. Assim, defendo que há mais fatores relevantes para essa experiência consciente do que a Causação do Agente considera. Defendo que a compreensão da influência de esquemas de gênero na sensação de agência enfraquece o argumento da Causação do Agente que depende da sensação de agência.

PALAVRAS-CHAVE: Sensação de agência, Gênero, Influências implícitas.

ABSTRACT: The dispute between theories that compete to offer an explanation of intentional actions raises several objections. One of them is the disappearing agent objection, in which the Causal Theory of Action is accused of lacking a causal role for the agent in the production of her action. The concurrent theory, Agent Causation, gives centrality to the causal role of the agent in its account of action. Moreover, it argues that the sense of agency favors it, suggesting that the sense of agency can be interpreted as the conscious experience of the agent's activity. However, Brancazio (2019) argues that the sense of agency is shaped by gender schemes. Therefore, I claim that there are more relevant factors for this conscious experience than Agent Causation is considering. I argue that understanding of the influence of gender schemes on the sense of agency weakens Agent Causation's argument that depends on the sense of agency.

KEYWORDS: Sense of agency, Gender, Implicit influences.

1. Introdução

Na disputa teórica para oferecer a melhor e mais convincente explicação de ações intencionais, a Teoria Causal da Ação (TCA) atualmente tem papel de destaque, embora rivais como a Causação do Agente (CA) e o Volicionismo sigam na disputa. Apesar da hegemonia atual que lhe garante a alcunha de *história padrão* [*standard story*], a TCA não está livre de objeções colocadas por suas rivais. Um dos principais problemas enfrentados por ela é o

¹ Professora de Filosofia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Doutora em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP). O artigo foi produzido durante o seu pós-doutorado no PPGFIL da UnB (Universidade de Brasília). E-mail: bsorrentinom@gmail.com.

problema do *desaparecimento do agente*. Ao mesmo tempo, as rivais avançam seus argumentos, como a CA, que afirma que a sensação de agência favorece a teoria. As razões apresentadas para apoiar a última afirmação variam; por exemplo, que a sensação de agência seria a experiência consciente da atividade do agente ou que a sensação pode ser melhor explicada pela CA. Contudo, a sensação de agência é influenciada e moldada pelo gênero (BRANCAZIO, 2019), o que defendo ser um problema para o argumento da CA, pois a sensação de agência não pode ser interpretada, por exemplo como faz a CA, como a experiência consciente puramente da atividade do agente. Afinal, ela sofre a influência causal do gênero na forma de estruturação social do comportamento.

A próxima seção será dedicada a uma breve explicação da TCA e da CA para que seja possível esclarecer em que consiste a objeção do desaparecimento do agente. Na seção três, apresentarei o argumento da fenomenologia da ação da CA. Na seção quatro explicarei a defesa que Brancazio (2019) faz da influência do gênero na sensação mínima de agência. Por fim, na seção cinco, defendo que devemos colocar em suspeição o argumento da fenomenologia da ação que a Causação do Agente (CA) oferece, pois aceito que Brancazio é convincente em seu argumento. Se esse for o caso, a sensação de agência não é puramente a experiência consciente da atividade espontânea do agente, já que ela não está livre da influência de antecedentes causais. Se a CA considera que a objeção do desaparecimento do agente é problemática para a TCA, também é problemático para o argumento da CA que essa sensação compartilhe de elementos que a CA questiona no desaparecimento do agente, a saber, as influências antecedentes e externas ao agente.

2. O desaparecimento do agente: uma disputa entre duas explicações de ação

A TCA passou a ter destaque dentre as explicações de ações depois do famoso desafio de Davidson (1963) em que o filósofo sugere que não é possível oferecer uma explicação para uma ação em que a razão pela qual o agente agiu (ou seus realizadores físicos em alguma de suas concepções) não desempenhe um papel causal na produção da ação. A TCA tem vantagem no desafio, pois propõe que ações intencionais são causadas por estados mentais do agente (ou seus realizadores físicos).² Dito de outro modo, é possível oferecer uma explicação causal em termos dos estados mentais do agente (ou seus realizadores físicos) para a ação intencional (MELE, 2003, p. 05). Embora eu me refira à TCA no singular, essa teoria pode ter diferentes

² Considerando que não pretendo oferecer uma solução para o problema mente-corpo, daqui por diante, quando estados mentais forem mencionados como parte da TCA, deve se entender a disjunção estados mentais ou seus realizadores físicos.

versões, propostas por diferentes filósofos. Eu uso TCA no singular porque me refiro a essa tese central que permite agrupar as diferentes versões sob a legenda de teoria causal da ação.

Os estados mentais causalmente relevantes para a produção da ação, de acordo com a TCA, geralmente são crenças e estados motivacionais—i.e. que tenham um aspecto conativo—, como desejos e intenções. Assim, explicar uma ação intencional envolve apontar os estados mentais que causaram a ação. Por exemplo, o desejo motivou S a agir e sua crença lhe permitiu conceber o que deseja e os aspectos do mundo relevantes para a sua satisfação (MELE, 1992), o que comumente pode ser colocado em termos de razões para agir. S foi ao mercado *porque* queria comprar pasta de dente e acreditava que poderia fazê-lo no mercado.

Com o desenvolvimento da TCA, suas explicações de ação se tornaram mais complexas e passaram a levar em consideração mais elementos (MELE, 2003). Entretanto, preserva-se a ideia de que a ação intencional pode ser causalmente explicada pelos estados mentais do agente. Esse ponto é fortemente atacado pelos rivais da TCA, que propõem a objeção do *desaparecimento do agente*. Talvez, para entender a objeção, seja melhor explicar brevemente a ideia da CA, que também é um termo que estou usando no singular para abarcar diferentes propostas teóricas que compartilham uma tese comum, a tese de que o agente diretamente causa (ou supervisiona a produção da)³ sua ação. Sendo assim, pode haver variações em como a proposta é apresentada, mas, de modo geral, a sugestão das teorias tradicionais da CA é que ações intencionais seriam causadas por meio da causação de substâncias, uma causação *sui generis* em que uma substância, o agente, e não um evento, causaria a ação.⁴

O tipo de relação causal proposta é *sui generis* porque, da maneira ortodoxa, se entende que relações causais ocorrem entre eventos, não entre substâncias. Por exemplo, foi o evento do solo tremer que causou a queda do muro, outro evento. Já a causação de substâncias admite que substâncias podem causar eventos. A ideia de que o agente diretamente causa sua ação evita que o agente possa ser causado a agir, ou seja, a única causa de sua ação seria ele mesmo. Assim, o agente não é levado a agir e sua ação não é causada por fatores antecedentes a ela que não sejam o agente mesmo, o que pode ser visto como relevante, por exemplo, para o debate sobre o livre-arbítrio. Essa é a defesa de que antecedentes causais da ação, que não sejam o agente, não podem determinar (causalmente) a ação.

³ Helen Steward (2012) sugere que o sistema no nível pessoal supervisiona a produção da ação e pode intervir e ajustá-la para que a ação esteja de acordo com seus objetivos. Aqui, eu entendo que o sistema no nível pessoal, ou sistema consciente, ao qual Steward se refere desempenha o papel do agente em sua teoria.

⁴ Ver O'Connor (2000) e Clarke (2010).

Finalmente temos os elementos para entender o problema do desaparecimento do agente. A acusação é de que a TCA deixa o agente de fora de sua explicação de ação. Se quando o agente age, seus estados mentais causam a ação, não o agente, então ele não faria parte da explicação da ação. O resultado é que ele não teria um papel causal ou uma função relevante na produção de sua própria ação. Velleman (1992) usa uma metáfora em que o agente seria a arena onde os estados mentais produziram a ação, mas não teria nenhum papel (causal) relevante na produção da ação. Por isso, se diz que a TCA faz o agente *desaparecer* da produção de sua ação, enquanto que a rival, a CA, deixa claro o papel causal que o agente tem na produção da ação. Essa é considerada uma objeção séria e a TCA tenta respondê-la.

Uma maneira de pensar a questão do desaparecimento do agente é entendê-la como uma disputa entre reducionismo e antirreducionismo nas explicações de ações. O termo reducionismo na filosofia da mente muitas vezes remete ao problema mente-corpo, grosso modo quando uma teoria propõe que nossas explicações sobre processos psicológicos ou estados fenomenológicos em termos de estados mentais e estados conscientes podem ser reduzidas a (tratadas como) processos cerebrais, ou outros processos fisiológicos, em termos compatíveis. O reducionismo ao qual me refiro aqui, a respeito das explicações de ações, não é o mesmo de quando se aborda o problema mente-corpo.⁵ O reducionismo nas explicações de ações se refere meramente ao papel causal do agente na produção da ação, se esse papel é reduzido às funções causais desempenhadas pelos estados mentais do agente ou não.

Como vimos, a CA defende que o agente tem um papel irreduzível na produção de sua ação, isto é, de acordo com a CA, o próprio agente causa sua ação. A proposta se opõe à ideia de que uma parte do agente causaria a ação, por exemplo, seus estados mentais, que é justamente o que defende a TCA. A metáfora da arena de Velleman ajuda a compreender melhor; se os estados mentais do agente causam a ação, então, essas partes do agente, não o agente, fazem a ação acontecer e o agente seria apenas a arena onde os eventos que levam à ação ocorrem. A CA vê esse tipo de redução como problemática e, por isso, mantém uma proposta antirreducionista.

Já a TCA não vê a redução como um problema. É possível inclusive questionar a trivialidade de uma explicação que diz que o agente causou sua ação, afinal isso é o que já sabemos e a questão é saber como o agente causou sua ação. Assim, a explicação é informativa quando apresenta os elementos por meio dos quais o agente causa sua ação, mas a TCA não

⁵ Embora explicações em termos de estados mentais possam também ser reduzidas a realizadores físicos ou descrições físicas.

nega que o agente, o organismo, produz a ação. Os estados mentais relevantes explicam a ação intencional. Podemos entender o problema do desaparecimento do agente como uma disputa a respeito de uma explicação reducionista ou antirreducionista.⁶

Tendo exposto o problema em questão, na seção seguinte apresentarei um dos argumentos que a CA sustenta em defesa de sua explicação de ação, o que pode ser chamado de argumento da fenomenologia da ação. É importante ressaltar que esse não é o único argumento em defesa da CA, mas é um argumento relevante e considerado intuitivo.

3. A sensação de agência: o argumento fenomenológico da CA

Há filósofos antirreducionistas, não apenas da CA, que defendem que agir tem uma qualidade fenomênica que lhe é particular, o que Carl Ginet (1990) chamou de qualidade fenomênica do agir [*actish phenomenal quality*], e que essa qualidade fenomênica apoiaria a proposta de que o reducionismo não é o caso. Nesta seção vou tratar brevemente do que dizem esses filósofos, especialmente os que defendem a CA. Uma maneira de entender essa tal qualidade fenomênica é pensar simplesmente que, quando eu levanto o meu braço, a *sensação*, ou seja, *a experiência consciente*, é distinta de quando alguém puxa o meu braço para cima sem que eu ofereça resistência. Parece que temos uma experiência consciente, ou fenomenológica,⁷ distinta nos dois casos; uma de atividade e a outra de passividade. Embora mesmo quando alguém puxa o meu braço eu siga tendo a experiência de que meu braço se move e de onde está meu braço,⁸ a experiência é diferente quando eu o movo.

É mais simples falar em experiência consciente, pois, embora eu não ofereça uma definição do termo, é mais claro para a maioria das pessoas o que isso quer dizer. Atualmente, contudo, em filosofia da mente e nas ciências cognitivas, o mais comum é usar o termo *sensação de agência* [*sense of agency*] para designar essa experiência consciente. O termo ganhou popularidade aproximadamente na última década, por isso os argumentos que foram propostos antes dessa popularidade, como o de Ginet, usam termos distintos—fenomenologia da ação, experiência de agir etc.—, mas se entende que se referem à mesma coisa.

Na literatura filosófica, Gallagher (2012) apresenta a *sensação de agência* em oposição à *sensação de posse*, dois termos de arte usados para especificar experiências conscientes muito

⁶ Uma maneira alternativa de entender a discussão é trata-la como um desacordo a respeito do conceito de agente e das condições para a agência. Por exemplo, a CA pode ser tratada como uma teoria mais exigente em relação à TCA quanto ao que entende por agente e quanto ao que requer da capacidade de agência, pois requer maior controle consciente por parte do agente na produção da ação, além de comumente requerer um poder causal *sui generis*.

⁷ Experiência de como é [*what it is like*] levantar o braço.

⁸ Algo associado à sensação de posse [*sense of ownership*] (GALLAGHER, 2012) que temos em relação ao próprio corpo.

tênuas e que facilmente passam despercebidas. Vou focar na distinção fenomenológica para facilitar a compreensão do que são essas experiências. A sensação de agência é a experiência consciente que temos ao agir intencionalmente,⁹ enquanto que a sensação de posse é a experiência consciente do movimento do próprio corpo, que pode ser voluntário ou não (GALLAGHER, 2012, p. 18). Não entrarei na discussão conceitual a respeito de quais elementos estão englobados pela sensação de agência, basta dizer que é possível distingui-la em pré-reflexiva, a própria experiência, e reflexiva, julgamentos interpretativos sobre a experiência. De modo geral, aqui estarei interessada na sensação de agência pré-reflexiva. Por fim, convém ao menos citar que há também a investigação neuro-cognitiva a respeito da sensação de agência, que a trata como um mecanismo de controle (HAGGARD 2017) que permite ao agente tanto controlar os movimentos da ação de acordo com sua intenção, quanto distinguir aquilo que é resultado de sua ação de outros eventos que ocorrem no mundo (WEN e HAGGARD, 2020).

Pereboom (2015) aceita que a fenomenologia da ação oferece algum apoio à CA, pois a fenomenologia, segundo ele, não seria compatível com a TCA. A ideia é que a fenomenologia da ação é a experiência, grosso modo, de ativamente fazer a ação acontecer, não a experiência de estados mentais causando a ação. Essa posição é similar à de Nida-Rümelin, que também considera a fenomenologia da ação incompatível com a TCA e uma evidência da atividade do agente como tal (NIDA-RÜMELIN, 2007, p. 255), não de seus estados mentais. É importante notar que Pereboom defende que a fenomenologia da agência aponta para a gravidade do problema do desaparecimento do agente, já que a fenomenologia parece representar a função ativa do agente, não relações causais entre eventos e estados mentais do agente.

Em linha similar, mas defendendo outra maneira de pensar a associação entre sensação de agência e a CA, O'Connor afirma que a teoria é capaz de capturar como experienciamos nossas ações (2009, p. 196). Capturar, nesse caso, é uma metáfora, por meio da qual se supõe que O'Connor queira dizer que a CA é capaz de explicar a experiência consciente de agir, pois explicaria a função ativa e direta exercida pelo agente na produção da ação, e sugere que é isso o que experienciamos ao agir. Como vimos, de acordo com esse tipo de teoria, o agente é capaz de desempenhar essa função por meio da causação do agente. O filósofo acredita que o conteúdo da experiência de agir é que o agente faz a ação acontecer e que a CA é a explicação de ação que melhor explica esse conteúdo (2009, p. 34).

⁹ É controverso se a sensação ocorre apenas no caso de ações que envolvem movimentos corporais manifestos ou se incluiria ações mentais, mas não entrarei nessa discussão aqui e focarei em movimentos corporais.

Bayne e Levy (2006) não se alinham com a CA, mas reconhecem que a teoria concebe a fenomenologia da ação como causal. Concebê-la dessa forma certamente ajuda a CA a defender sua proposta, pois se aceitamos que o conteúdo da sensação de agência, ou seja, o conteúdo da experiência consciente de quando agimos, é causal, isso sugere que essa sensação é a experiência da causação do agente e uma evidência em favor da CA. Além disso, Horgan, mesmo não sendo um defensor da CA, também aceita que a fenomenologia da ação envolve ter a experiência de ativamente agir, não de estados mentais causarem a ação, o que, segundo ele, seria uma experiência passiva (2007, p. 186).

Assim, podemos perceber a perspectiva que defensores da CA têm da sensação de agência e a razão pela qual faz sentido para eles pensar que a sensação de agência pode ser tratada como evidência em favor da CA.¹⁰ Além disso, também é possível perceber por que a sensação de agência pode favorecer a crítica do desaparecimento do agente feita à TCA. Esse é o caso porque se o conteúdo da sensação de agência é o da experiência do agente de que ele ativamente, e até causalmente, faz a ação acontecer, então a ideia de que estados e eventos mentais causam a ação parece, à primeira vista, ter mais dificuldade para explicar essa sensação.

4. Esquemas de gênero e a sensação de agência

Nesta seção, gostaria de pôr em perspectiva a sensação de agência, i.e., a própria experiência consciente, para sugerir que essa experiência não é independente e livre das influências de fatores causais antecedentes a ela. Sendo assim, ela sofre influências que não são meramente do agente, mas da condição situada do último, e isso traz dificuldades para proposta da CA, que toma a sensação de agência como a experiência da causação direta do agente, livre de antecedentes causais. Não pretendo que o argumento desenvolvido aqui seja um golpe definitivo contra a CA ou mesmo contra seu argumento fenomenológico, mas defenderei que há razões para pôr o último em dúvida.

Brancazio (2019) apresenta uma discussão a respeito de como as normas de gênero (que fazem parte da estrutura social) influenciam a sensação de agência. Se ela estiver correta, como eu acredito que esteja, então uma série de fatores sociais não conscientes moldam nossa experiência consciente ao agir.¹¹ Se esse for o caso, então se apresentam dificuldades para que a CA proponha que a sensação de agência seja concebida como *puramente* a experiência da

¹⁰ Para uma defesa mais detalhada de que a CA toma a sensação de agência como evidência em favor da CA, ver Marques (2021).

¹¹ Embora, Brancazio desenvolva sua proposta em termos enativistas, o endosso a esse quadro teórico não é necessário para que possamos entender ou aceitar sua proposta.

causação direta do agente, pois sofre influência de causas prévias, ou seja, o argumento fenomenológico da CA sofre um abalo relevante. Aliás, considerando que a CA critica a TCA por alegar que a última faz o agente desaparecer, pois explica ações em termos de causas prévias—os estados mentais do agente—que não são o agente, mostrar as influências de causas prévias sobre a sensação de agência pode significar um abalo para o argumento fenomenológico das teorias que defendem esse tipo de CA.¹²

Um conceito importante para a discussão proposta por Brancazio é *gênero*, para o qual ela não oferece uma definição estrita, mas linhas gerais para a sua compreensão. Ela trata gênero como “[...] um conjunto de normas, papéis, e expectativas socioculturais associadas e frouxamente unificadas, historicamente organizadas em torno de pressuposições relacionadas à binaridade do sexo”¹³ (BRANCAZIO, 2019, p. 432).¹⁴ Tratar gênero como um conjunto de normas sociais significa que Brancazio rejeita que haja capacidades de agir próprias a cada gênero, ou seja, sua proposta rejeita o *essencialismo*—grosso modo, a ideia de que cada gênero tem características que lhe são essenciais e que justamente caracterizam aquele gênero como tal.¹⁵

Os papéis de gênero especificados pelas normas sociais são determinados em termos das funções, ou atividades, delegadas a cada gênero na sociedade, ou seja, trata-se de uma divisão do trabalho hierarquizada (HASLANGER, 2012). Hierarquizada, porque algumas funções sociais são mais valorizadas do que outras, o que corresponde a um gênero ser mais valorizado do que o outro, de modo que Brancazio reconhece que a própria estrutura social, dada pelas normas sociais, produz uma assimetria de poder entre aqueles que desempenham funções generificadas diferentes na sociedade. De modo geral, essas normas não são explícitas na sociedade; elas são implícitas, fazendo parte dos *arquétipos narrativos* do gênero (BRANCAZIO, 2019, p. 433). Por arquétipo narrativo, entendo que Brancazio queira dizer que construímos certa narrativa sobre cada gênero, expondo de maneira não explícita o modelo do comportamento e atividade que a pessoa deve exibir para se encaixar naquele gênero, i.e., como deve ser. Afinal, gênero é uma categoria normativa. Por exemplo, a filósofa exemplifica que é comum na sociedade ocidental que a própria noção de mulher englobe a ideia de maternidade,

¹² Contudo, esse argumento não atinge teorias como as de Pamela Hieronymi e talvez teorias híbridas como a de Randolph Clarke.

¹³ Todas as citações foram traduzidas por mim.

¹⁴ “[...] an associated and loosely unified set of socio-cultural norms, roles, and expectations historically organized around presumptions related to a sex binary”

¹⁵ Vale notar que Brancazio não pretende dizer que as pessoas que são agrupadas sob a categorização de um gênero, por exemplo as mulheres, são afetadas por essa categorização da mesma maneira, pois elas podem ser atravessadas também por outras categorias de opressão, como classe, raça etc.

assim, esse modelo de como deve ser uma mulher é assimilado pelas pessoas e a maternidade passa a fazer parte da própria identidade das mulheres. Portanto, ser mulher vem com algumas características socialmente construídas.

Por causa da centralidade do gênero na sociedade, as normas de gênero têm destaque na formação da identidade das pessoas (WITT, 2011). Não é surpreendente então que Brancazio acredite que as normas de gênero fazem pressão implícita e, portanto, regem as deliberações de agentes socialmente situados sobre o que fazer. Assim, as crenças a respeito do que as pessoas de cada gênero podem ou devem fazer têm grande relevância, e resulta que as intenções das agentes são estruturadas pelo seu gênero (BRANCAZIO 2019). “As narrativas limitadas providas ou impostas aos indivíduos em virtude dos seus tipos de corpos servem para manter os papéis de gênero e a narrativa da agência é restringida por esses arquétipos de gênero problemáticos” (BRANCAZIO, 2019, p. 434).¹⁶

Brancazio defende, contudo, que intenções não precisam ter conteúdo, o que faz sentido para ela porque se nossas intenções são influenciadas pelas normas de gênero, é provável que não nos damos conta dessas normas e que elas não apareçam no conteúdo das intenções. Como Brancazio fala a partir da perspectiva teórica do enativismo e como esse ponto é bastante controverso, proponho uma alternativa. Também é possível pensar que intenções para agir imediatamente (em oposição a intenções para o futuro) não precisam ter um conteúdo conscientemente explícito para o agente, ou mesmo ser estados mentais conscientes (MELE 2009, p. 106).¹⁷ Além disso, não parece controverso que nem sempre agentes estejam conscientes das verdadeiras razões pelas quais agiram, ou do conteúdo de suas intenções, ou até mesmo de suas intenções; portanto, não é absurdo pensar que as normas de gênero influenciam o comportamento de maneira implícita, e que podem implicitamente moldar as crenças dos agentes a respeito da sociedade, de si e de como agir.

As interações e os discursos na sociedade criam um sistema de expectativas e avaliações sociais, segundo Young (2005), que tem implicações para o *corpo vivido*. Brancazio associa o corpo vivido à sensação de agência pré-reflexiva (ver seção 2), mas ela vai além da experiência

¹⁶ “The limited narratives provided for or imposed upon individuals in virtue of their body types serve to maintain gender roles, and narrative agency is constrained by these problematic gender archetypes.”

¹⁷ Mele (2009) defende que o experimento de Libet (1985) mostra que um agente pode ter uma intenção próxima (para agir imediatamente) sem ter consciência dessa intenção. Num exemplo mais mundano, Mele (2009, p. 102) aceita que um agente pode ligar o sinaleiro do carro para dobrar, digamos à esquerda, sem estar consciente de o estar fazendo. Talvez isso ocorra porque se trate de uma ação habitual que requer pouca atenção do agente. Mele (2009) também aceita que outra possibilidade para pensar que intenções não precisam ser conscientes é que o agente pode ter uma intenção consciente e a consciência da intenção pode não desempenhar um papel relevante na produção da ação.

fenomenológica de si como origem da ação, que surge enquanto a ação é executada. Brancazio propõe que a sensação de agência *mínima* é a seleção de cursos de ações que se apresentam na continuidade das interações pelo que ela chama de *corpo habituado*. Não se trata da experiência da seleção de um curso de ação, mas da sua seleção de acordo com o que é sugerido pelo resultado esperado no mundo (pelas expectativas sociais), expectativas essas construídas por meio da habituação do corpo a certas ações (que são interações sociais) de acordo com as normas do contexto social. Essas ações são aquelas implicitamente impostas pelas normas sociais; por exemplo, do gênero.

Se entende que Brancazio queira tratar do corpo habituado a certas normas, expectativas e avaliações sociais implícitas, de modo que, num dado contexto social, o corpo está habituado a agir do modo esperado, a ponto de a ação já estar sugerida pelo próprio contexto social. Se isso estiver correto, se a pessoa não se engaja em uma reflexão consciente a respeito dessas normas e expectativas, é muito provável que ela irrefletidamente aja de acordo com elas.¹⁸ Assim, como já foi dito, o gênero implicitamente molda nossas interações (BRANCAZIO 2019).

Esse processo que Brancazio descreve como *tomar ações* (i.e., selecionar ações de modo não consciente) num ambiente que experienciamos como possibilidade de ação permite, segundo a filósofa, uma *sensação de agência mínima*. O ponto é que essa experiência do ambiente como possibilidade de ação pode ser limitada, e geralmente o é, pelos padrões de engajamento do agente, ou seja, pela habituação do corpo a certas normas de interação. No caso, nos interessa a habituação pelas normas de gênero.

Brancazio enfatiza que a internalização de normas de gênero pode resultar na experiência de *não poder*¹⁹ tomar certos cursos de ação que vão contra as expectativas sociais para aquele gênero. Assim, as possibilidades de ação são restringidas, de acordo com o contexto, pelas expectativas em relação ao gênero, conforme o tipo de corpo que a pessoa tem. A filósofa ressalta que as mulheres, por exemplo, muitas vezes subestimam suas capacidades corporais, o que limita a sua mobilidade. Dito de outro modo, quando não há habituação do corpo à ação, ou seja, quando não costumamos observar a conjunção entre certo curso de ação e resultados esperados,²⁰ no caso, resultados bem aceitos socialmente, não vislumbramos o

¹⁸ Não está claro que as pessoas consigam sempre se dar conta dessas normas e agir em desacordo com elas, mesmo quando têm consciência de que essas normas sociais de gênero existem.

¹⁹ A agente internalizaria a suposta incapacidade de ação, numa *sensação de não poder* tomar certos cursos de ação. Digo suposta, pois é uma incapacidade imposta por normas sociais, não uma incapacidade de movimento de fato.

²⁰ Essa conjunção é considerada relevante para a sensação de agência, por exemplo, por Wen e Haggard (2020).

curso de ação como possibilidade de agência e geralmente não nos apropriamos desse curso de ação possível. O ponto de Brancazio é que o gênero molda como interagimos com o ambiente, pois ele limita o que percebemos como possibilidade de ação (o que somos capazes de fazer) nos contextos e assim limita nossas intenções, mesmo que não tenhamos consciência disso.

Brancazio propõe esse argumento particularmente em relação à experiência que ela chama de sensação de agência *mínima*, a experiência de ser a origem da ação, e que ela associa ao aspecto do self fenomenológico mínimo, que está em constante “[...] processo de solicitar as *próprias* experiências futuras por meio da ação” (2019, p. 427).²¹ A filósofa defende que a sensação de agência deve ser entendida levando em consideração o corpo e o ambiente do agente, assim a sensação de agência teria um papel nas capacidades de agir no contexto social.

É importante perceber que não é preciso assumir a premissa enativista que Brancazio assume para aceitar seu ponto, pois outras propostas podem contemplar a ideia de que o agente tem um corpo situado. Brancazio aceita a proposta de Pacherie (2008) de que a experiência consciente da ação está relacionada à predição da ação feita pelas intenções para agir imediatamente, o que Pacherie chama de intenções-P. Além disso, é comum que agentes façam a inferência de que há uma relação causal entre seus movimentos e resultados no mundo (SYNOFZIK et al. 2008; WEN e HAGGARD 2020). Se realmente é o caso que a sensação de agência pode ser associada à relação de ações intencionais e seus resultados no mundo, e que a mesma sensação não ocorre quando um movimento corporal não intencional causa o resultado (HAGGARD e CLARK 2003), então é possível supor que a intenção é importante para que haja sensação e agência. Trata-se de uma experiência consciente associada à satisfação da intenção por uma ação relevante, o que faz sentido que contribua para a experiência consciente de que o agente originou a ação.

Sugiro então que intenções que são frequentemente adquiridas em certos contextos sociais podem se tornar intenções de implementação, ou seja, intenções subordinadas a objetivos mais amplos do agente e que especificam a situação (momento, lugar e forma) em que serão executadas (MELE e SHEPHERD 2013), a intenção para fazer A em certo momento ou contexto. É bem possível que, no caso das normas de gênero, o agente não tenha um objetivo mais amplo de agir de acordo com as normas sociais para o seu gênero, mas pode ter o objetivo de “agir como se deve”, ou de “agir adequadamente”, ou de “agradar à família” etc., sem se dar conta de que fazê-lo é agir de acordo com um conjunto de normas de gênero. Sendo assim, certos cursos de ação são tomados sem necessidade de reflexão consciente, com base nas

²¹ “[...] process of soliciting her own further experiences through action.”

intenções de implementação que desencadeiam a ação de acordo com a situação. Também podemos supor que algumas ações simplesmente se tornem habituais em certas situações ou momentos, dada sua repetição. Esse pode ser o caso do agente que simplesmente age, sem necessidade de deliberar a respeito do que vai fazer, quando toma certa rota para chegar ao trabalho ou simplesmente vai ao trabalho na segunda-feira pela manhã. No caso das normas de gênero, uma agente pode estar habituada a exibir um largo sorriso quando lhe cumprimentam, ou agir de maneira apaziguadora quando surge algum conflito no trabalho. Por exemplo, fazer uma fala que visa acalmar quando um colega de trabalho se irrita com outro.

Se a predição da ação pela intenção contribui para a sensação de agência e se a habituação molda nossas intenções, conseqüentemente ela molda a experiência de agir—i.e., a sensação de agência. A habituação das interações sociais limita a percepção de possibilidades de agir, de acordo com os padrões de engajamento do corpo, limitando as possibilidades de ação e a sensação de agência mínima. Por isso, Brancazio considera já uma limitação da própria sensação de originar ações, o que ela chama de sensação e agência mínima, que haja uma inibição implícita de algumas possibilidades de ação. Podemos entender essa inibição como um obstáculo na aquisição de algumas intenções, ao mesmo tempo em que a situação sugere outras intenções, nesse caso, de implementação. Assim, fica mais fácil entender porque Brancazio pensa que o gênero limita a seleção de ação e molda nossa sensação de agência, pois a habituação estrutura quais intenções um agente de certo gênero vem a ter nesses contextos sociais, bem como a sensação de agência que temos neles (de poder ou não agir de acordo com certos cursos de ação). Considerando as afirmações que a CA faz sobre a sensação de agência e a relevância que a teoria concede à espontaneidade do agente na escolha de seu curso de ação, acredito que a discussão proposta por Brancazio tem conseqüências para o argumento da fenomenologia da ação da CA.

5. Esquemas de gênero como um problema para o argumento fenomenológico

A discussão desenvolvida por Brancazio a respeito da sensação de agência pode ter repercussão para o argumento da CA em que a teoria recruta a sensação de agência como evidência em favor da CA. Explorarei essa possibilidade a seguir. Que a sensação de agência esteja sujeita a atravessamentos socioculturais faz sentido, uma vez que nos damos conta de que os agentes estão situados num contexto sociocultural. Por que pensar que os agentes humanos estariam acima das influências de seu contexto? Dito de outro modo, por que seus corpos não seriam atravessados pelos fatores situacionais?

Talvez a CA pudesse dizer que essas informações não dizem nada sobre a experiência consciente como tal e que é nessa experiência que a teoria se concentra. Mas essa resposta não é convincente se a experiência como tal é modulada pelos fatores corporais e ambientais, pois isso significa que ela não pode ser tratada como a experiência da atividade do agente que diretamente causa sua ação, pelo menos não puramente. Outros fatores a influenciam; fatores ambientais. Assim, é interessante considerar que os corpos são socialmente situados e que os fatores que os afetam podem também afetar a sensação de agência. Partirei da suposição de que os defensores da CA aceitam isso, pois faz sentido pensar que eles estão cientes de que estamos inseridos em contextos sociais que nos influenciam, mesmo que não tratem disso diretamente em suas teorias.

À primeira vista, parece que dizer que o contexto influencia as ações, ou dizer que o agente não tem consciência de todos os fatores que as influenciam e o quanto alguns lhes escapam do controle seria trivial. Quem discordaria disso? Não pretendo defender que a CA discorda. Proponho pôr em dúvida a afirmação da CA de que a sensação de agência pode ser tomada como evidência da CA, baseando-me na defesa de Brancazio de que essa experiência consciente é moldada por fatores externos ao agente, algo que, lembrando o problema do desaparecimento do agente, pode se tornar problemático para que a CA considere a sensação de agência como sendo uma espécie de experiência da atividade característica do agente na produção da ação.

Como o argumento da fenomenologia da ação da CA foca na sensação e agência como uma espécie de experiência consciente da manifestação da causalidade do agente, se supõe que a noção de espontaneidade, aqui entendida como algo não causado por fatores antecedentes ou externos ao agente, é parte importante tanto da causalidade do agente como de sua suposta experiência consciente. Imagino que os defensores da CA aceitariam que as ações dos agentes sofrem influências sociais (até mesmo influências não conscientes); por exemplo, não teria ocorrido usar jeans a um agente pertencente à classe média alta dos EUA no século XIX, pois roupas desse material eram usadas por trabalhadores na realização de trabalho pesado. É evidente que o contexto no qual o agente está inserido tem relevância para suas ações, mesmo que ele não se dê conta disso.

Contudo, acredito que as normas de gênero e a maneira como Brancazio sugere que elas condicionam a sensação de agência tornam evidente que fatores externos não se apresentam sempre de maneira clara para o agente, de modo que seja possível deliberar sobre quais fatores ele permite que influencie sua ação. Os fatores sociais influenciam causalmente as ações dos

agentes ao implicitamente restringir e condicionar suas possibilidades de ação de acordo com o gênero. Se esse é o caso, então a sensação de agência não pode ser tomada como a experiência da espontaneidade do agente, sem nenhuma qualificação. Assim, se a CA rejeita a influência de fatores externos antecedentes à ação na objeção ao desaparecimento do agente, é problemático que a sensação de agência abra espaço para que o argumento da fenomenologia da CA esteja sujeito a fatores antecedentes e externos ao agente. Fatores situacionais influenciam essa sensação, portanto, ela não depende exclusivamente das capacidades do agente, ao contrário do que sugere a CA. Por mais que seu conteúdo possa ser interpretado como de espontaneidade (i.e., não-causada), um olhar mais detalhado mostra que sua produção não é espontânea. Os fatores situacionais influenciam nossa experiência vivida mesmo em seus menores aspectos, como a sensação de agência. Às vezes, mesmo quando estamos conscientes das normas de gênero, temos dificuldade para não agir de acordo com elas, pois não “sentimos” que haja outros cursos de ação abertos para nós. A CA poderia responder dizendo que essas ações não são livres, pois o agente não teria consciência de suas razões para agir nesse caso (O’CONNOR, 2000, p. 88). Entretanto, seria difícil encontrar ações que não sofram influências situacionais; sendo assim, a CA teria que dizer que quase não há ações livres, ou teria que aceitar que a influência de fatores situacionais não-conscientes não torna a ação não-livre.

Ainda focando nas normas de gênero, se a sensação de agência é moldada por essas normas, então elas seriam antecedentes causais da experiência que restringem aquilo que o agente faz. Isso distancia a sensação de agência de ser interpretada como uma experiência da espontaneidade (pelo menos espontaneidade irrestrita) do agente, que parece ser o papel que ela supostamente desempenharia nas teorias da CA que fazem referência a ela. Esse é o caso porque espontaneidade no sentido usado aqui se refere a algo que surge sem ser causado por fatores antecedentes e a discussão sobre normas de gênero sugere que a experiência é influenciada (causalmente), pelo menos parcialmente. A CA poderia dizer que isso não mostra que o poder do agente não é espontâneo; no máximo mostra que a sensação de agência não o é. Esse pode ser o caso, mas significa ao menos que a CA não pode apontar para a sensação de agência como um apoio ou evidência da CA e esse é um problema para o argumento fenomenológico da teoria. Se o que foi apresentado nesta seção estiver correto, então há um problema no argumento da CA que depende da sensação de agência.

6. Conclusão

Defendi que, se a sensação de agência mínima sofre influências de fatores externos ao agente, esse é um problema para o argumento da fenomenologia da ação da CA. O argumento é apresentado de diferentes maneiras por diferentes filósofas e filósofos e, grosso modo, tenta apresentar a sensação de agência como um apoio à CA, pois a ela seria a experiência da causação do agente ou de atividade do agente, que não poderia ser explicada pela teoria rival, a TCA.

A CA defende uma explicação antirreducionista da ação e, como a objeção do desaparecimento do agente aponta, ela acusa a proposta reducionista, a TCA, de fazer o agente desaparecer ao não lhe conferir nenhum papel causal na produção da ação. A CA considera problemático que a TCA atribua esse papel causal a antecedentes causais da ação que não sejam o agente; no caso, seus estados mentais. Contudo, o argumento da fenomenologia da ação da CA sofre um abalo se a sensação de agência—que, a exemplo de O'Connor (2009), sugere que faz parte do conteúdo da experiência de agir a experiência consciente de fazer a ação acontecer—é causalmente influenciada pela estrutura social do gênero, um fator causal antecedente externo ao agente. Isso diminuiria a relevância dessa experiência consciente para a CA, pois, por mais que seu conteúdo possa ser interpretado como o da experiência da espontaneidade, não seria o caso que essa sensação de agência possa ser explicada pela CA como uma experiência da espontaneidade do agente, já que ela é moldada pelos fatores sociais discutidos acima. Assim, é um problema para o argumento da CA se a sensação de agência é moldada pela estrutura social do gênero, como parece ser o caso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAYNE, Timothy; LEVY, Neil. The Feeling of Doing: Deconstructing the Phenomenology of Agency. In: SEBANZ, Natalie; PRINZ, Wolfgang (Orgs.). *Disorders of Volition*. Cambridge: MIT Press, 2006, p. 49–68.

BRANCAZIO, Nick. Gender and the senses of agency. *Phenomenology and the Cognitive Sciences*, v. 18, n. 2, 2019, p. 425–440.

CLARKE, Randolph. Agent Causation. In: O'CONNOR, Timothy; SANDIS, Constantine (Orgs.). *A companion to the philosophy of action*. Malden e Oxford: Wiley-Blackwell, 2010, p. 2018–226.

DAVIDSON, Donald. Actions, Reasons, and Causes. *The Journal of Philosophy*, v. 60, n. 23, 1963, p. 685-700.

GALLAGHER, Shaun. Multiple aspects in the sense of agency. *New Ideas in Psychology*, v. 30, n. 1, 2012, p. 15–31.

- GINET, Carl. *On action*. Cambridge England; New York: Cambridge University Press, 1990.
- HAGGARD, Patrick. Sense of agency in the human brain. *Nature Reviews Neuroscience*, v. 18, n. 4, 2017, p. 196–207.
- HAGGARD, Patrick; CLARK, Sam. Intentional action: Conscious experience and neural prediction. *Consciousness and Cognition*, v. 12, n. 4, 2003, p. 695–707.
- HASLANGER, Sally Anne. *Resisting reality: social construction and social critique*. New York: Oxford University Press, 2012.
- HIERONYMI, Pamela. The will as reason. *Philosophical Perspectives*, v. 23, n. 1, 2009, p. 201–220.
- HORGAN, Terry. Mental Causation and the Agent-Exclusion Problem. *Erkenntnis*, v. 67, n. 2, 2007, p. 183–200.
- LIBET, Benjamin. Unconscious cerebral initiative and the role of conscious will in voluntary action. *Behavioral and Brain Sciences*, v. 8, n. 04, 1985, p. 529-66.
- MARQUES, Beatriz Sorrentino. Sense of agency does not support anti-reductionist theories of action. *Kriterion: Revista de Filosofia*, v. 62, n. 149, 2021, p. 409–432.
- MELE, Alfred R. *Effective intentions: the power of conscious will*. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- MELE, Alfred R. *Motivation and agency*. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- MELE, Alfred R. *Springs of action: understanding intentional behavior*. Oxford: Oxford University Press, 1992.
- MELE, Alfred; SHEPHERD, Joshua. Situationism and agency. *Journal of Practical Ethics*, v. 1, n. 1, 2013, p. 62–83.
- NIDA-RÜMELIN, Martine. Doings and Subject Causation. *Erkenntnis*, v. 67, n. 2, 2007 p. 255–272.
- O’CONNOR, Timothy. Agent-Causal Power. In: *Dispositions and Causes*. Oxford: Clarendon Press, 2009, p. 189–214.
- O’CONNOR, Timothy. *Persons and causes: the metaphysics of free will*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- PACHERIE, Elisabeth. The phenomenology of action: A conceptual framework. *Cognition*, v. 107, n. 1, 2008, p. 179–217.
- PEREBOOM, Derk. The Phenomenology of Agency and Deterministic Agent Causation. In: PEDERSEN, H.; ALTMAN, M. (Orgs.). *Horizons of Authenticity in Phenomenology, Existentialism, and Moral Psychology*. Springer, 2015, p. 277–94.
- STEWART, Helen. *A metaphysics for freedom*. Oxford: Oxford University Press, 2012.
- SYNOFZIK, Matthis; VOSGERAU, Gottfried; NEWEN, Albert. I move, therefore I am: A new theoretical framework to investigate agency and ownership. *Consciousness and Cognition*, v. 17, n. 2, 2008, p. 411–424.
- VELLEMAN, J. DAVID. What Happens When Someone Acts? *Mind*, v. 101, n. 403, 1992, p. 461–481.

WEN, Wen; HAGGARD, Patrick. Prediction error and regularity detection underlie two dissociable mechanisms for computing the sense of agency. *Cognition*, v. 195, 2020, p. 104074.

WITT, Charlotte. *The metaphysics of gender*. Oxford; New York: Oxford University Press, 2011.

YOUNG, Iris Marion. *On female body experience: throwing like a girl and other essays*. Oxford: Oxford University Press, 2005.